



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações a criação de obras derivadas 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar crédito ao autor.

Não Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

Sem Derivações — Você não pode remixar, transformar ou criar a partir do material.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit.

NonCommercial — You may not use the material for commercial purposes.

NoDerivatives — You cannot remix, transform, or build upon the material.

**Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma
(re)atualização do *Crátilo* de Platão**

André Luis Muniz Garcia¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir algumas das teses centrais de Platão no diálogo *Crátilo* concernentes à teoria da verdadeira nomeação. Mais precisamente, pretende-se discutir a contra-perspectiva de Sócrates à perspectiva de Hermógenes, no mencionado diálogo, acerca do estatuto do “nome” na verdadeira significação das coisas. Dessa contra-perspectiva surge a proposta segundo a qual uma teoria da verdadeira significação das coisas não pode ser fundada por uma “linguagem natural”, mas unicamente por uma “linguagem” purificada de qualquer conteúdo sensível.

Palavras-chave: Linguagem, nome, verdade, Platão.

Abstract: *The goal of the present article is to present and discuss some of the central Plato's theses in the dialogue Cratylus concerning the theory of true denomination. More precisely, we intend to discuss the counter-view of Socrates to Hermogenes' perspective in the mentioned dialogue about the status of “name” in the true meaning of things. From this counter-view appears the proposal that which a theory of true meaning of things cannot be founded by a “natural language”, but only by a “language” purified of any sensitive content.*

Keywords: *Language, name, truth, Plato.*

¹ Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília.

Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma (re)atualização do *Crátilo* de Platão

Pode-se de antemão julgar curioso, a contar pelo título atribuído a este artigo, que já em Platão se encontram elementos teóricos suficientes que constatem no pensamento do autor não simplesmente uma mais ou menos pontual, mais ou menos limitada reflexão cujo tema norteador é a linguagem; este artigo sustenta que é possível, visada com certa atenção, reconstruir, no encaixo de sua ontologia, uma, já para os pré-socráticos dificultosa², relação entre “linguagem” e “realidade”, entre *dizer* e *algo dito*, entre *nome* e *coisa*, entre *sentido* e *algo designado*.

Não que tenha sido desiderato platônico preparar um novo campo de investigação tal como o fez, por exemplo, com diversos fenômenos do espírito humano: moral, arte, política e conhecimento. A linguagem não é *uma* esfera especial de seu filosofar, mas, como pretendemos mostrar aqui, em linhas muito gerais, a sua própria reflexão sobre a linguagem ou sobre processos linguísticos, em algumas de suas obras, anda de mãos dadas com seu pensamento sobre a apreensão do ser. No entanto, essa perspectiva que reposiciona a reflexão de Platão sobre a linguagem no encaixo de sua pergunta pelo ser só poderia resultar de uma longa e profunda maturação da própria filosofia da linguagem. Não bastava a ela, no curso de sua história, uma *teoria da diferenciação* do modo como se *diz* o ser e o *ser*, ele mesmo; era necessário, acima de tudo, sugerir, a partir dessa diferenciação, uma nova *síntese* – isso pelo menos para aquelas correntes de pensamento que não subtraíram da filosofia a tarefa de elevar a questão sobre *o que é o ser* à racionalidade

² Sobre esse tema, consultar: *Cahier du Groupe de Recherches sur la Philosophie e le Language*, 1986. Também: COSERIU, 2003.

discursiva. Sob esse ponto de vista – e aqui temos uma das mais importantes contribuições da filosofia da linguagem – o tomar-consciência do espírito da pergunta pelo ser (ontologia) passa a convergir com a pergunta pela própria linguagem (filosofia da linguagem). Assim, escreve E. Cassirer:

A questão filosófica da origem da linguagem e de sua natureza é, no fundo, tão antiga quanto a natureza e origem do *ser*. Porque a primeira reflexão consciente acerca da totalidade do mundo caracteriza-se pelo fato de, para ela, ainda não haver nenhuma distinção entre linguagem e ser, entre palavra e sentido, que se lhe apresentavam como uma unidade indissolúvel. Uma vez que a própria linguagem constitui um pressuposto e uma condição da reflexão, uma vez que somente nela e através dela desperta a ‘ponderação’ filosófica, eis por que a consciência primeira do espírito sempre encontra a linguagem presente como uma realidade dada, como uma ‘efetividade’ comparável à realidade física, e de igual valor (CASSIRER, 2001: 79-80).

Para que “algo” se torne “algo cognoscível”; para que o “mundo” se torne um “mundo possível” para um sujeito; para que uma coisa se torne “coisa possível” para um sentido; para que um objeto se torne “objeto possível” para um eu pensante: para tanto, é pressuposto aqui – e somente num estágio avançado da reflexão sobre a linguagem se poderia diagnosticar isso – que o filosofar se coloque a pergunta pela origem, alcance e limites da linguagem.

Mais recentemente, Josef Simon tornou patente em suas pesquisas sobre filosofia da linguagem que uma investigação sobre a linguagem *reflete*, de um certo modo, uma investigação sobre o próprio processo de pensar, já que aí está proposto como tarefa *o pensar as condições de expressividade, pela linguagem*,

**Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma
(re)atualização do *Crátilo* de Platão**

do pensamento em geral, bem como a “linguagem” de sua autocompreensão teórica, e isso – no caso da pretensão normativa de descrição da verdade do ser – com vistas à construção de uma “pura linguagem do pensar”(SIMON, 1981:16). Só assim, de acordo com tal “autoconceito” filosófico de pensamento, o pensar poderia ser bem sucedido “enquanto verdadeiro pensar”. Nesse “autoconceito” de pensamento é projetada a não menos importante passagem do “pensar” (indeterminado) para o “pensar algo” (determinado), uma vez que assim o pensar encontra não diretamente o mundo, o ser, mas, antes, adquire a “consciência” de que ele é “pensamento *de* algo” e não outra coisa qualquer. Disso então conclui Simon: “acima de tudo, a intenção de poder reproduzir a verdade antes com uma linguagem construída, artificial, do que com a linguagem natural parte do pressuposto de que existe uma tal forma igualmente elementar e universal, a partir da qual se deve seguir a estrutura formal da linguagem” (SIMON, 1981: 17). O pensamento consciente do “algo” que pensa constitui-se necessariamente em seu *diferenciar-se* de indeterminadas atividades cognitivas presente em enunciados normais (linguagem natural). Daí se poder supor que a ontologia é o domínio da filosofia que se volta para o ser *antes de qualquer especificação (ontologia generalis)*, como se para se pensar “o ente” não fosse necessário qualquer remissão a processos linguístico-naturais prévios; como se a pergunta – *o que é algo* – não pressupusesse antes de mais nada que “ser-algo” é “ser-algo previamente significado” para um pensamento por meio de uma linguagem histórica. A linguagem observada de um ponto de vista universal é, segundo

Josef Simon, sempre *perspectivada por uma qualquer linguagem natural* (SIMON, 1981:44)³: ora, a pergunta pelo “ente” já pressupõe, portanto, um (tornado) autoevidente sentido, qual seja, “de algo enquanto algo”, sendo esse “segundo algo” um “algo já significado” em geral – “τὸ ὄν ἢ ὄν”, como narra a famosa expressão de Aristóteles (*Met.* IV 1003a, 21). Isso que passou a ser tomado como o pressuposto cognitivo imperscrutável de qualquer atividade filosófica, de qualquer pensamento que pretendia alçar-se à verdade do discurso sobre o ser, teria em Platão, segundo nosso ponto de vista, um proto-movimento.

Revisitar Platão para compreender uma temática que, apartando-se da história da filosofia, atualmente, atingiu níveis de abstração mui complexos não constitui mero diletantismo; pelo contrário, com essa intervenção, não se quer entender o papel do filósofo *no* fervoroso debate sobre filosofias da linguagem, mas, entender o papel do debate *em e para sua filosofia*; é, antes de mais nada, não permitir que se invertam os papéis, que não se dê mais valor a um “acontecimento” filosófico do que àquele que genuinamente o pensou, pois, a dizer como F. Nietzsche em *Para Além de Bem e Mal* 285, todo grande acontecimento é fruto, sobretudo, de um grande pensamento – aliás, essa certamente foi uma das principais tarefas de Nietzsche, a saber: entender esse “grande pensamento” chamado Platão.

³ „Er [der Sprecher einer indoeuropäischen Sprache] versteht ja ‚Sprache‘ in einem universalen Sinn von *seiner* Sprache her. Er bewegt sich in dem Zirkel, das in den einzelnen Sprachen auszudrückende Denken so zu verstehen, wie es ihm von seiner Sprache her möglich ist.“ SIMON 1981, 44.

Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma (re)atualização do *Crátilo* de Platão

Segundo Tilman Borsche, há no diálogo platônico *Crátilo*⁴ uma seminal problematização filosófica da linguagem (no sentido moderno do termo): como pano de fundo da pergunta platônica sobre a exatidão do nome (περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος), é mobilizada a “pergunta pela significação da linguagem para o conhecimento da verdade e a verdade do conhecimento” (BORSCHÉ, 1992: 38). Se o nome pode designar *o que algo é*, temática que permeia o diálogo, é preciso então diagnosticar *como* o nome denota a verdade de algo. Considerando então as teses de seus interlocutores sobre o assunto, ao buscar elaborar uma teoria da exatidão do nome, Sócrates precisa objetar duas perspectivas que lhe são confrontadas: a primeira que é mobilizada pelo argumento contra o “convencionalismo” (que vai implicar um interessante nominalismo) de Hermógenes, e a segunda contra o “naturalismo” (enviesado por um realismo) de Crátilo. Importante também destacar que, do ponto de vista conceitual, ambas as teses compartilham de um pressuposto fundamental, a saber, que a pergunta pela verdadeira significação da coisa converge com a pergunta pela significação da linguagem para o conhecimento da verdade, uma vez que se equivalem, para Platão, a noção de *dizer algo* (λέγειν) e aquela de *nomear algo* (ὀνομάζειν); ou seja, o conceito de nome no *Crátilo* não é apenas a condição de significação de algo, mas, de certo modo, da *enunciação* (do dizer) o que o algo-significado *é*.

⁴ A edição (bilíngue) utilizada será: PLATON, 1972. Será consultada para cotejo a tradução brasileira de Carlos Alberto Nunes, que, apesar de estilisticamente rica, apresenta algumas imprecisões (variações) na tradução de palavras e conceitos fundamentais (e mesmo sintagmas) para a composição desse trabalho. PLATÃO, 2001. A partir dessas duas edições, proporemos, com respectiva alusão ao original, traduções de nossa autoria.

A primeira proposta, aquela de Hermógenes, e que domina mais de dois terço do diálogo (de 383a até 428d), nos interessa aqui sobretudo, por motivos que iremos elucidar mais adiante, mas que podem ser resumidos preliminarmente da seguinte maneira: no caso da tese de Crátilo, o algo tornado “algo-nomeado” *segundo sua natureza* porta em si validade objetiva (verdadeira significação), uma vez que algo *é/existe* independente da nomeação (realismo). Se há um nome para isso que existe, então o nome *deve ser um que seja adequado à sua natureza*. Partindo desse realismo, Crátilo nega a via da nomeação de algo enquanto falsa significação, já que, se algo *é* e se *é nomeado*, sua nomeação *tem que significar sua natureza* e não outra coisa, ou então sequer poderíamos pensar algo como o “nome da coisa”. Isso não é o caso com a perspectiva “convencionalista” de Hermógenes, a qual poderíamos assim resumir: *esse est dicere*.

A exatidão do nome assenta-se, portanto, para Hermógenes, na seguinte proposição: para que algo “seja algo” pressupõe-se aí que tal algo seja “algo convencionalizado” por um nome (*Crát.* 384d). Nomear a coisa (dizer o que o “algo designado” é) é assumido aqui sob a seguinte compreensão: nome é aquilo por meio do que *se funde, sintetiza-se* e, portanto, torna *homólogo* (ἡ συνθήκη καὶ ὁμολογία) coisa e significado. O convencionalismo na posição de Hermógenes deixa claro, portanto, que todo *dizer o significado de algo por meio de um nome* assenta-se no pressuposto da impossibilidade de enunciação objetiva, pela linguagem, da verdade da coisa. O *algo que é*, enquanto *é* algo-convencionalizado, é fruto do arbítrio da nomeação. Nesse diálogo é positivamente apresentada uma tese segundo a qual a linguagem normal – e

Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma (re)atualização do *Crátilo* de Platão

Platão a pensa sob a seguinte expressão: “*νέα φωνή*” (*Crát.* 418b) – é essencialmente contingente, já que não pretende dizer o que a coisa é senão por meio de convenção. Dizer que *algo é tal e tal coisa* é simplesmente tornar o algo-nomeado algo-possível para um saber, jamais em algo falso ou verdadeiro. Verdadeiro e falso, enquanto valores cognitivos de correspondência do nome à coisa, são contingenciados pela tese nominalista de Hermógenes, traduzida por nós pela expressão: *esse est dicere*. A conclusão que faz com o que diálogo tome uma nova e estratégica direção argumentativa é esta: ao impedir, com sua perspectiva sobre a nomeação, uma teoria da verdadeira significação, Hermógenes está obstaculizando, concomitantemente, a concepção de uma doutrina ontológica. Se o nome é meio pelo qual se significa a coisa, bem como diz *o que o algo-significado é*, ao sustentar que o nome não pode significar a coisa senão arbitrariamente, por meio de convenção, nega-se a própria possibilidade de se perguntar: *o que algo é*. A pergunta platônica que converge a *verdade de algo* com o conhecimento do *que ele é* encontra aqui um adversário tenaz. Se pudéssemos falar de uma “verdade” da coisa pelo nome na tese de Hermógenes, como destaca T. Borsche, seria esta:

a verdade dos nomes (...) poderia então ser entendida como uma verdade dependente daquele que pondera: para cada um, verdadeiro é aquilo que para esse ou aquele parece ser verdadeiro. (...) como a coisa é para mim verdadeira, já que me parece ser verdadeira, assim, correto é o nome que para mim parece ser verdadeiro. (BORSCHÉ, 1992:43)⁵

⁵. Cf. *Crátilo* 384d.

Aquilo que é convencionalizado pelo nome é algo sobre o qual não se pergunta mais pela significação, mas isso até que ele não seja mais usado (μηκέτι καλῆ) e careça assim de ressignificação, acrescenta o próprio Hermógenes. “Convenção” (ἡ συνθήκη) vale aqui, sobretudo, como um termo para a suspensão da pergunta pelo significado da coisa, conseqüentemente, como suspensão da pergunta pelo *o que é tal algo-significado*. Seu nominalismo encontra aqui um conseqüente relativismo, se assim podemos *qualificá-lo*. Ao comparar a tese de Hermógenes à perspectiva de Protágoras (386a ss), Sócrates torna patente seu receio ante tal convencionalismo: com a resposta convencionalista para a pergunta sobre a exatidão do nome, fundada em uma perspectiva nominalista, um critério de verdade para o conhecimento da coisa nomeada jamais pode ser encontrado senão no originário uso *arbitrário* do nome, num uso “especial” (particular) do próprio λόγος.⁶

Pois nenhum nome de uma coisa pertence a ela por natureza, mas sim por regra geral e costume (ἀλλὰ νόμῳ καὶ ἔθει) daqueles que utilizaram e tornaram-na habitual. (*Crát.* 384d)

⁶ Essa tese acerca da convencionalidade e arbitrariedade do nome não era desconhecida dos gregos, como mostra M. Kraus em seu exame dos fragmentos de Demócrito de Abdera. „Als einen der ersten beschäftigte ihn auch – im rahmen der allgemeinen Kulturentstehungsproblematik – die Frage nach dem Ursprung der Sprache. Seine Antwort darauf war, wie wir wissen, die konventionalistische (Fragment B 5). Dass er damit auch den Gedanken der Arbitrarität der Namen verband, geht aus den theoretischen Argumenten des Fragments B 26 ebenso hervor wie aus seiner eigenen Praxis der freien Ersetzung existierender sprachlicher Beziehung durch andere, zum Teil erst neu gebildete.“ KRAUS, 1987: 161. Importante destacar, nessa obra, o capítulo VII, seção 3: *Konventionalität und Arbitrarität der Namen*.

Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma (re)atualização do *Crátilo* de Platão

Hermógenes obsta qualquer possibilidade de uma teoria da verdade da significação, uma vez que a partir do nome (ὄνομα) enquanto nome jamais se pode conhecer *o que é algo*, o que implica também dizer que, exatamente por isso, nome enquanto nome é simplesmente um significar, jamais um *expressar o que o algo-significado é*. Por meio do nome tomado como nome é que, para Hermógenes, algo se torna “algo identificável” para nós. Eis o “topos” que a intervenção de Sócrates não vai tocar propositadamente, pois uma vez que, no trecho subsequente (385b), passando a interrogar Hermógenes sobre a possibilidade de um não convencionalismo para a teoria do nome, irrompe com uma tese que postula haver um discurso capaz de dizer do ente se *é* verdadeiro ou falso (οὐκοῦν εἴη ἄν λόγος ἀληθής, ὁ δὲ ψευδής), cuja condição para *dizer tal verdade de algo* é que esta linguagem contenha enunciados sobre a “permanência da essência” (βεβαιότητα τῆς οὐσίας) da coisa. É digno de nota o fato de que a partir, justamente, dessa tergiversação iniciam-se as poucas convincentes tentativas de Sócrates (a noção de nome como instrumento; sua aposta na etimologia; na noção de um “legislador da linguagem”; na função do dialético enquanto supervisor do legislador da linguagem etc.) de evitar, no fundo, o peso dado à linguagem natural por Hermógenes, ao uso dessa linguagem, que, devido à sua inerente arbitrariedade, concebe o *nome enquanto nome*: ou seja, aquilo que ao designar, por meio da mera *phoné* (signos sonoros articulados), torna algo “algo-plausível”, “identificável” para um ou mais indivíduos. Como dito, o que está efetivamente em jogo aí, como atesta o próprio Sócrates (387b ss), ao se assumir a contingência da nomeação, é a

impossibilidade mesma de se colocar a pergunta ontológica. A não aludida convergência entre a pergunta pelo ser e a pergunta pela verdadeira significação, num momento em que a argumentação tendia claramente para essa direção; ou seja, a não problematizada convergência da ontologia com a teoria da verdadeira nomeação parece constituir um dos mais sutis e estratégicos *détours* dos diálogos platônicos. Sócrates procura, então, passo a passo, despontencializar a tese de Hermógenes ao atacar sua perspectiva sobre o *nome enquanto nome*, e certamente a tese segundo a qual a linguagem que significa algo por meio do nome nada mais apresentaria do que uma concepção *mimética de nome*, conseqüentemente, de linguagem, caracteriza o ápice desse contra-argumento⁷. Decorre disso que por meio dessa concepção mimética, a linguagem normal apreenderia, ao nomear, apenas “algo” enquanto “algo imitado”, abrangendo assim nessa contra-argumentação não só à concepção de nome de Hermógenes, mas também *de coisa-nomeada*. Isso então seria suficiente, segundo o próprio Sócrates, para inviabilizar qualquer correspondência entre nome e coisa (nomeada). Mas nisso parece consistir um dos mais importantes legados daquela tergiversação: dito de modo geral, ela desvaloriza um filosofar sobre a aquisição de um discurso sobre “ser” a partir da linguagem natural em detrimento de uma reflexão sobre a própria aquisição do conhecimento acerca *do que algo é*.

E o que dizes tu disto: não julgas também que toda coisa tem uma essência, assim como a cor e aquilo que acima mencionamos? Pois não teria, antes de tudo, a cor e a voz mesma sua essência? E assim tudo o que corresponde a esta

⁷ “ὄνομα ἄρ' ἐστίν, ὡς ἔοικε, μίμημα φωνῆ ἐκείνου ὃ μιμεῖται, καὶ ὀνομάζει ὁ μιμούμενος τῆ φωνῆ ὃ ἄν μιμῆται”. *Crátilo* 423b.

Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma (re)atualização do *Crátilo* de Platão

determinação, o ser (καὶ τοῖς ἄλλοις πᾶσιν ὅσα ἠξίωται ταύτης τῆς προσρήσεως, τοῦ εἶναι)? (*Crát.* 423 e).

“Essência” (οὐσία), do ponto de vista terminológico, não é tratada aqui por Platão como conceito, mas indica claramente uma contra-concepção à concepção de nome, na medida em que é uma designação para o ontologicamente residual de algo.⁸ Ora, segue-se disso uma outra exigência que, apesar de não tematizada com profundidade no diálogo *Crátilo*, é imprescindível para a refutação socrática do dizer contingente (linguagem natural). Enquanto “essência” vale como contra-concepção à concepção do nome enquanto mero simulacro, faz-se necessário uma contra-concepção à concepção de coisa nomeada.⁹ A problemática correspondência para os pensadores gregos anteriores a Sócrates entre nome e coisa é provisoriamente solvida por Sócrates de um modo peculiar: porquanto οὐσία postula o (latente) conhecimento daquilo que é ontologicamente residual em algo, εἶδος vale como contra-concepção à concepção de *algo-nomeado* pela linguagem normal, ou seja, passa a valer como “forma” de algo, como “algo enquanto

⁸ Só em Aristóteles, em sua teoria da predição, οὐσία adquire plena significação conceitual. Como comenta BORSCHE, 1992: 70: „Der platonische Begriff der *ousia* hingegen ist nicht primär an den wahrnehmbaren Dingen, sondern am Denken, dem *logos*, und näher an dessen Elementen, den Namen, orientiert; erst über die Namen bezieht er sich sekundär auch auf die Dinge.“ O próprio Platão nos fornece uma importante imagem para isso em 439e: “πῶς οὖν ἂν εἴη τί ἐκεῖνο ὃ μηδέποτε ὡσαύτως ἔχει; εἰ γάρ ποτε ὡσαύτως ἴσχει, ἔν γ' ἐκείνῳ τῷ χρόνῳ δῆλον ὅτι οὐδέν μεταβαίνει: εἰ δὲ αἰὲν ὡσαύτως ἔχει καὶ τὸ αὐτό ἐστὶ, πῶς ἂν τοῦτό γε μεταβάλλοι ἢ κινοῖτο, μηδὲν ἐξιστάμενον τῆς αὐτοῦ ἰδέας;”

⁹ Sobre a noção de nome como simulacro: “ἔστι δὲ πού καὶ τὸ ὄνομα μίμημα ὡσπερ τὸ ζωγράφημα”. *Crátilo*, 430e.

algo universal”, em suma, *como conceito de objeto para um conhecimento verdadeiro*.¹⁰ Com isso, ter-se-ia tornado possível não apenas uma rigorosa determinação da “verdade”, mas, sobretudo, uma nova determinação de “linguagem”. O λόγος capaz de expressar o ser *objetivamente* carece, antes de mais nada, de um rigoroso esforço intelectual pela memória (teoria da anamnese) sobre si mesma, ou seja, exercício de reprodução de estados de consciência a priori da “psiqué”, no sentido de reconhecer o já conhecido: as ideias. Sob esse aspecto, isto que fora evidenciado claramente pelo diálogo *Sofista* é no *Crátilo*, a nosso ver, preliminarmente preparado:

[...] o pensamento e o discurso [são] o mesmo [διάνοια μὲν καὶ λόγος ταύτόν] [...] (*Sofista*, 263e).

Que para Platão a pré-configuração do λόγος seja a *palavra falada*, os signos sonoros articulados, aquilo que entendia por *phoné*, isso não implica dizer que, para o conhecimento do que em verdade *é algo*, seja necessário edificar uma teoria da verdadeira significação da coisa, uma doutrina acerca da exatidão do nome. εἶδος enquanto contra-concepção à concepção de coisa-nomeada (de “algo” significado pelo mero nome) só poderia ser apreendido por uma linguagem que o assumisse *enquanto algo desde sempre conhecido, algo não passível de reflexão, algo que carece apenas de mero reconhecimento pela alma, em suma, por uma linguagem que o tomasse enquanto conceito (ἰδέα)*. Daqui talvez uma das mais valiosas contribuições desse diálogo para a filosofia da linguagem: no *Crátilo*, é

¹⁰ “οὐκοῦν οὕτως ἀξιῶσεις καὶ τὸν νομοθέτην τὸν τε ἐνθάδε καὶ τὸν ἐν τοῖς βαρβάροις, ἕως ἂν τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶ τὸ προσήκον ἐκάστῳ ἐν ὁποιασοῦν συλλαβαῖς (...)” *Crátilo*, 390a.

**Programa de uma filosofia da linguagem racionalista: à guisa de uma
(re)atualização do *Crátilo* de Platão**

claramente sugerido que a pergunta pela verdade do discurso sobre o ser precisa ser desmembrada da pergunta pela verdade da nomeação/significação (o que será amplamente recepcionado, teorizado e discutido por Aristóteles), e isso implica notar que a verdade de algo não se encontra no *dizer o que tal algo-nomeado é*, mas antes na pura determinação formal *do que é* – o que aponta para um reposicionamento da noção *λόγος* enquanto uma espécie de capacidade de articulação a priori de conceitos. E justamente aí se visualiza o programa de uma filosofia da linguagem racionalista.

Referências bibliográficas:

BORSCHÉ, Tilman. *Was etwas ist: Fragen nach der Wahrheit de Bedeutung bei Platon, Augustin, Nikolaus von Kues und Nietzsche*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1992.

Cahier du Groupe de Recherches sur la Philosophie e le Language: N° 6 et 7. *Philosophie du langage et grammaire dans l'antiquité*. Vários autores. Bruxelles: Éditions Ousia, 1986.

CASSIRER, E. *A filosofia das formas simbólicas: a linguagem*. Trad. Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COSERIU, Eugenio. *Geschichte der Sprachphilosophie von der Antike bis zur Gegenwart*. 2 Bde. Stuttgart: UTB, 2003.

KRAUS, M. *Name und Sache: Ein Problem im frühgriechischen Denken*. Amsterdam: Verlag B. R. Grüner, 1987.

PLATON. *Werke*. Bearbeitet von Klaus Widda. Deutsche Übersetzung von Hyeronimus Müller und Friedrich Schleiermacher. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1972.

PLATÃO. *Teeteto e Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Pará: Editora da UFPA, 2001.

SIMON, Josef. *Sprachphilosophie*. Freiburg/München. Verlag Karl Alber, 1981.